

AGROPECUÁRIA RIBEIRA DO MOXOTÓ S/A

CNPJ/MF: 09.009.408/0001-07

Empresa beneficiada com incentivos do Fundo de Investimentos do Nordeste - Finor

Relatório da Diretoria:

Senhores acionistas, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos a V.Sas. as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31/12/2023, acompanhadas do parecer dos auditores independentes. Ao mesmo tempo nos colocamos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem, necessários.

Recife (PE), 02 de janeiro de 2024. A DIRETORIA

BALANÇOS PATRIMONIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE:

	em R\$	
	2.023	2.022
ATIVO		
Não Circulante	1.050.730	1.050.730
Imobilizado	1.050.730	1.050.730
TOTAL DO ATIVO	1.050.730	1.050.730
PASSIVO		
Exigível a Longo Prazo	997.645	997.645
Financiamento Bancário	348.616	348.616
Debêntures	649.029	649.029
Patrimônio Líquido	53.086	53.086
Capital Social	2.391.891	2.391.891
Lucros/Prejuízos Acumulados	(2.338.805)	(2.338.805)
TOTAL DO PASSIVO	1.050.730	1.050.730

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS

	2.023	2.022
RECEITAS OPERACIONAIS		
Vendas	0	0
Deduções s/ vendas	0	0
Receita operacional líquida	0	0
Custo dos Produtos Vendidos	0	0
Lucro operacional bruto	0	0
DESPESAS OPERACIONAIS		
Despesas admin e tributárias	0	0
Amortização do diferido	0	0
Depreciações do Imobilizado	0	0
Total de despesas	0	0
RESULTADO FINANCEIRO		
Atualizações Monetárias s/ debêntures	0	0
Saldo dos encargos financeiros	0	0
RESULTADO OPERACIONAL	0	0
Prejuízo por ação	0,00	0,00

AS NOTAS EXPLICATIVAS SÃO PARTE INTEGRANTE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Capital Social	Lucros/Prejuízos	Prejuízos Exerc	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	2.391.891	(2.338.805)	0	53.086
Lucro do exercício de 2023			0	0
Saldo em 31 de dezembro de 2023	2.391.891	(2.338.805)	0	53.086

Dispensado a elaboração do Demonstrativo do Fluxo de Caixa - DFC - conforme disposto no parágrafo 6º do artigo 176 da lei 6404/76 com redação dada pela lei 11.638/07

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

- 1) **CONTEXTO OPERACIONAL** - O objetivo da sociedade é a exploração da Agricultura, Pecuária e sua comercialização. Projeto aprovado pela SUDENE, classificado na faixa "A" de prioridade. O empreendimento recebeu da SUDENE, parecer de adequação técnica, no qual estabelece atividade preponderante a atividade da Agricultura Irrigada, privilegiando as culturas de: Coco, Banana, Manga e Graviola, recebeu da SUDENE o CEI – Certificado de Empreendimento Implantado em 04/01/2001, com comprovação da aplicação dos recursos FINOR. Do mesmo modo, o BNB fiscalizou os recursos FNE e BNDES, e nos seus Relatórios de Fiscalizações atesta a total aplicação dos recursos liberados. Ocorre que, logo após SUDENE e BNB fiscalizarem a implantação do projeto e atestarem a plena normalidade das aplicações dos recursos financeiros, a região do Sertão do Moxotó-PE - localidade do projeto, foi acometida de forte estiagem circunstância em que, o aquífero, e por conseguinte, o lençol freático reduzindo a vazão dos poços causando um prejuízo do desenvolvimento das plantas. Regularizadas as estações das chuvas, a empresa sem faturamento, plantas em estado de debilidade, ausência de capital para suportar contas de energia da irrigação, por consequência, mortalidade das plantas e paralização do projeto, que até data atual, as instalações se mantêm em bom estado de conservação e guarda, às custas de recursos dos controladores do Capital Social.
- 2) **APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E PRÁTICAS CONTÁBEIS** - As Demonstrações Financeiras foram elaboradas com observância dos requisitos da lei 6.404/76 e demais normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários - C. V. M.
- 3) **PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS** - Entre os princípios e procedimentos adotados na elaboração das demonstrações financeiras destacam-se:

a) Apuração do Resultado - As receitas e despesas são apropriadas e reconhecidas pelo regime de competência.

b) Ativos e Passivos Circulantes - Os ativos com liquidez e passivos exigíveis no prazo de um ano são demonstrados como circulantes.

c) Imobilizado - É representado pelo custo de aquisição ou construção, ajustado por depreciação linear a taxas determinadas pela legislação vigente, até o exercício de 2005. A partir de 2006 a empresa optou por manter os custos inalterados, em face da inatividade operacional, que ocorre desde 2008.

	31/12/2023	31/12/2022
Terrenos Rurais	57.775	57.775
Obras de Estrutura básica	559.227	559.227
Irrigação e Drenagem	359.845	359.845
Construções Rurais	119.055	119.055
Instalações Agropecuárias	27.812	27.812
Maquinas, Aparelhos e Impl. Agrícolas	195.518	195.518
Instrumentos, Ferram. e Apetrechos	39.286	39.286
Móveis e utensílios	33.829	33.829
Veículos	215.083	215.083
Culturas e Pastagens	428.464	428.464
Semoventes	10.095	10.095
(-) Depreciação acumulada	(995.258)	(995.258)
Total do Imobilizado	1.050.730	1.050.730

d) Debêntures - A empresa emitiu debêntures para subscrição junto ao Fundo de Investimentos do Nordeste - FINOR. A opção por deixar de corrigir o saldo devedor, deveu-se a perspectiva de uma renegociação vantajosa para a companhia, com base na lei 14.165 de 10/06/2021.

	Conversíveis	Simples	Total
Saldo em 31/12/2022	0	649.029	649.029
Encargos anuais em 2023	0	0	0
Saldo em 31/12/2023	0	649.029	649.029

e) Exigível a Longo Prazo - Suportado por financiamentos, origens dos recursos FNE, BNDES/BNB e FINOR DEBÊNTURES/SUDENE. Lançados pelos valores originalmente contratados sem contabilização dos encargos contratuais.

f) Capital social - O capital social subscrito e integralizado da Companhia em 31/12/2023 era de R\$2.391.890,82 constituído de 59.789.599 ações sem valor nominal composto da seguinte forma:

Tipo de Ação	
Ações Ordinárias nominativas - ON	25.318.263
Ações Preferenciais Classe A - PNA	<u>34.471.336</u>
Total de ações	59.789.599

As ações preferenciais não têm direito a voto e conferem a seus titulares os seguintes privilégios: I) prioridade no reembolso do capital social, II) participação, sem restrições, nos aumentos decorrentes de reservas, inclusive correção monetária e III) prioridade na distribuição de dividendo mínimo não cumulativo.

Recife (PE), 02 de janeiro de 2024.

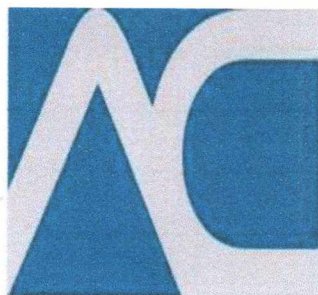


LINO ARAGÃO DE ALMEIDA
CPF: 005.064.944-20
Diretor

SILVIO ROMERO DE LIMA ALBUQUERQUE
CPF: 076.641.094-34
Diretor

Documento assinado digitalmente
gov.br ADELSON DAS DORES ALVES DE NOVAES
Data: 05/01/2024 09:12:08-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

ADELSON D. A. NOVAES
CRC-PE 14150/O-0
CPF: 565.320.918-04



AUDICON
auditoria, consultoria e contabilidade

**RELATÓRIO DE AUDITORIA
AGROPECUÁRIA RIBEIRO DO MOXOTÓ S/A
CNPJ: 09.009.408/0001-07**

Exercício de 2023

Responsável Técnico:
Tadeu Manoel Rodrigues de Araújo
Contador – CRC/PA 002671/O-3
Auditor Independente

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Diretores das
Agropecuária Ribeiro do Moxotó S/A

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis das **Agropecuária Ribeiro do Moxotó S/A** que compreendem o balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado e das mutações do patrimônio líquido para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira das **Agropecuária Ribeiro do Moxotó S/A** em 31 de dezembro de 2023 o desempenho de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação às **Agropecuária Ribeiro do Moxotó S/A** de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos das **Agropecuária Ribeiro do Moxotó S/A**.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.

Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a empresa a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deva ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belém, 03 de janeiro de 2024.



Tadeu Manoel Rodrigues de Araújo
Auditor Independente CNAI N° 171
Contador CRC/PA 002671/O-3
IBRACON N° 3715
CVM 4677